



GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL
DELEGACIA GERAL DE POLÍCIA CIVIL
5ª DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA DE POLICIA CIVIL DE SAPÉ
Rua Osvaldo Pessoa, nº 81, Centro, CEP 58.340-000.
Telefone: (83) 3283-5949

NATUREZA DA OCORRÊNCIA: ACIDENTE TRÂNSITO

REGISTRO DE OCORRÊNCIA nº 723/2018



Aos DEZENOVE dias do mês de ABRIL do ano de dois mil e DEZESSETE, nesta cidade de Sapé/PB, e nesta Delegacia de Polícia Civil, sob a responsabilidade do Delegado de Polícia Civil, **FREDERICO CLAUDIO DE MELO MAGALHÃES**, juntamente comigo, escrivão de seu cargo, aí por volta das 14h23min; compareceu **GLEICE KELLY SILVA DE JESUS**, 27 anos de idade, nascido aos 11/05/90, brasileira, solteira, agricultora, alfabetizado, natural de Sapé/PB, RG n.º 3.765.109- SSP/PB, filho de José João da Silva e de Maria do José de Jesus, residente na rua Rua Sverina Lopes da Silva-200- Cuba de Baixo- Sapé/PB. (Tel: 99393; **O QUAL PRESTOU A SEGUINTE OCORRÊNCIA: QUE no dia 21/03/2018, por volta das 07:00h da manhã, a declarante caminhava na PB004, quando um VEICULO DE CARACTERES DESCONHECIDO O ATROPELOU; QUE a mesma fora socorrido por um amigo para o Hospital Sá Andrade e posteriormente encaminhado para o Hospital Trauminha em Mangabeira; QUE sofrera lesões como seja FRATURA DE TORNOZELO DIREITO, conforme Laudo apresentado nesta DP. Era o que tinha a declarar. O referido é verdade, dou fé. Ciente o notificante das implicações legais contidas no Artigo 299 (Falsidade Ideológica) do Código Penal, depois de lido e achado conforme subscreve o presente.**

DECLARANTE:

ESCRIVÃ POLÍCIA:

[Handwritten signature of Jose Kelly Silva de Jesus]
[Handwritten signature of the police clerk]

DOCUMENTO ORIGINAL

17 MAIO 2018



PROCURAÇÃO "AD-JUDÍCIA ET EXTRA"

Outorgante: GLAUCO KELLY SILVA DE JESUS
nacionalidade: BRASILEIRO, profissão DE LON, estado civil:
SOLTEIRO, CPF nº 10136091907, carteira de identidade nº 3765109
endereço: RUA SOFORDIA LOPES DA SILVA 53
Cidade: SAPÉ, Estado: PB

OUTORGADA: A advogada JOSEANE FELICIANO, OAB/PB 13.030, com endereço profissional na Av. Camilo de Holanda, 475, Sala 102, Centro, João Pessoa, Paraíba

PODERES: Amplos e ilimitados para o foro em geral, com cláusula "ad-judícia e extra", na instância administrativa e/ou judicial, podendo propor contra quem de direito a competente ação, usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe os poderes especiais para receber e solicitar Laudos no Hospital de Emergência e Trauma, citação inicial, confessar, e conhecer a procedência do pedido, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, agindo em Juízo ou fora dele, dando tudo por bom, firme e valioso.

João Pessoa, 26 de MAIO de 2019.

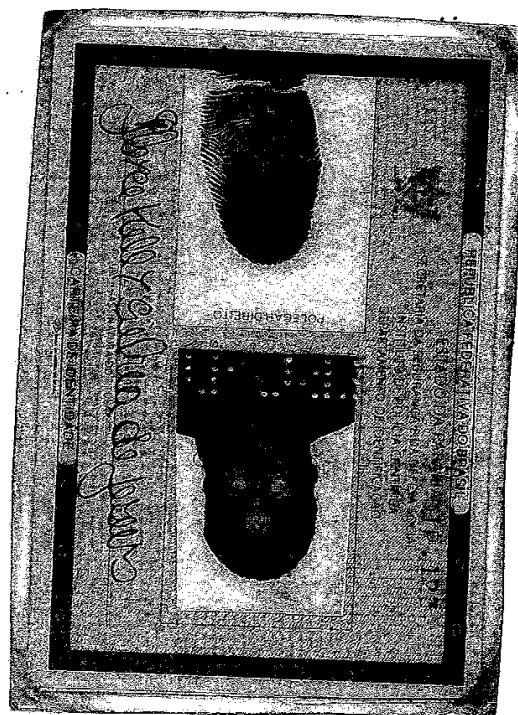
Glauc Kelly Silva de Jesus
OUTORGANTE



17 MAIO 2018



17 MAIO 2018





NOME: GLEICE KELLY SILVA DE JESUS				PRONTUÁRIO Nº	
IDADE:	SEXO:	COR	CLÍNICA	ENF.: 28	LEITO: 422
			Ortopedia		

DATA DE ADMISSÃO: 2018-03-21 00:00:00	DATA DE ALTA: 29/03/2018	TEMPO DE PERMANÊNCIA
---------------------------------------	--------------------------	----------------------

DIAGNÓSTICO INICIAL	CID
FRATURA DE TORNOZELO D	

DIAGNÓSTICO DEFINITIVO	
O mesmo	

TRATAMENTO
TRATAMENTO CIRÚRGICO

PRINCIPAIS EXAMES
E.F. + RADIOGRÁFICO

TERAPÊUTICA MEDICAMENTOSA: AINE + ATB + ANALGESICO
--

HISTÓRIA PATOLÓGICA

INFECÇÃO DE F.O. () SIM (X) NÃO	COLETA DE MATERIAL () SIM () NÃO
----------------------------------	------------------------------------

RESULTADO BACTERIOLOGIA

CONDIÇÕES DE ALTA	() REMOVIDO	() A PEDIDO	() CURADO	()
(X) MELHORADO				
ÓBITO				

RESUMO CLÍNICO
HISTÓRIA (EVOLUÇÃO TERAPÊUTICA COMPLICAÇÕES)
Paciente com história de TRAUMA EM TORNOZELO sendo submetido a tratamento cirúrgico COM PLACA E PARAFUSOS evoluindo sem intercorrências. Recebe alta em boas condições clínicas e orientações com relação ao uso de medicação analgésica e antibióticos. Retornará ao ambulatório deste serviço para continuidade de tratamento e orientações.

ORIENTAÇÕES PÓS ALTA

DIETA: Livre ou conforme já realizada pelo (a) paciente se diabético, hipertenso, renal crônico, etc...

REPOUSO: Relativo em casa por 15 dias.
Retorno às atividades sem esforço físico em 30 dias.
Retorno às atividades com esforço físico leve em 60 dias e com esforço maior em 90 dias.

CUIDADOS COM A FERIDA OPERATÓRIA: Lavá-la com água e sabão duas vezes ao dia. Não colocar produtos tópicos no lugar. Se sentir dor, calor, vermelhidão ou "inchaço" no local, ou se ocorrer febre, procurar imediatamente este Complexo Hospitalar.

MEDICAÇÕES PARA CASA: analgésicos + antibióticos.

RETORNO: Ao posto de saúde em 21 dias. Ao ambulatório do Complexo Hospitalar Mangabeira em 07 dias para revisão.

Dr. Tarcísio Cavalcante

Dr. Daniel Braga Cavalcante
Médico
CREMEB-29.113

29/03/2018

ASS. MÉDICO / C.R.M.

Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar para DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO TRABALHO
CONTINUIDADE DE TRATAMENTO





Poder Judiciário da Paraíba
1ª Vara Mista de Sapé

PROCEDIMENTO COMUM (7).
PROCESSO N. 0800402-10.2019.8.15.0351 [ACIDENTE DE TRÂNSITO].
AUTOR: GLEICE KELLY SILVA DE JESUS.
RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

DESPACHO

Vistos, etc.

A despeito da distribuição ao procedimento do juizado especial cível, observa dos termos da própria exordial que a pretensão deduzida se refere a feito do procedimento comum (pedido de condenação em honorários, etc).

Desta feita, ao tempo em que procedo à correção da atuação, sem prejuízo de eventual impugnação, defiro os benefícios da gratuidade judiciária, face a declaração firmada e da ausência de elementos que afastem a presunção de pobreza.

Da leitura da peça de ingresso, entendo que o caso exige a emenda.

Com efeito, a legislação pertinente determina que a indenização do seguro DPVAT será paga mediante a simples prova do acidente e do dano decorrente, não exigindo a apresentação da prova do recolhimento do valor do prêmio do seguro obrigatório por parte da vítima ou seu beneficiário.

O valor de referência é R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), inserido na Lei do DPVAT (n. 6.194/1974), por meio da Medida Provisória n. 340/2006, em vigor desde a data de sua publicação, em 29 de dezembro de 2006, e, posteriormente, convertida na Lei n. 11.482/2007.

Todavia, e eis o relevante, não há valor indistinto para qualquer tipo de cobertura, variando se o caso é de morte ou invalidez total e permanente, ressarcimento de despesas médicas, e debilidade. Assim, para cada tipo de sinistro que resulte debilidade, deve ser observada a tabela de repercussão no patrimônio físico introduzida na Lei do DPVAT pela Medida Provisória n. 451/2008, publicada em 16 de dezembro de 2008 e retificada em 22 de dezembro de 2008, e depois convertida na Lei n. 11.945/2009, publicada em 24 de junho de 2009 e produzindo efeitos a partir de 16 de dezembro de 2009 (art. 33, IV, alínea "a").

A Súmula n. 474 do Superior Tribunal de Justiça, a propósito, é muito clara nesse sentido, ao preconizar que:

"A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez".

No caso dos autos, ao expor o fato que dá suporte a pretensão, afirmou o autor o seguinte:

"O Autor foi vítima de acidente de trânsito em 21/03/2018, SAPE/PB, sofrendo lesões corporais, conforme Boletim de Ocorrência em anexo, da Polícia Civil.

Desse sinistro, restaram lesões preocupantes no Autor, tais como: Fratura de Tornozelo D, conforme laudo médico acostado a exordial.

Acontece que a parte autora recebeu administrativamente o valor R\$ 1.687,50 (hum mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), conforme demonstrativo de pagamento da Seguradora Líder em anexo datado em 25/07/2018.

Destarte, o valor recebido é inferior ao que a parte autora tem direito, tendo em vista,



que a redução funcional dos membros supra mencionados corresponde ao valor do teto correspondente a R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), conforme relatórios médicos acostado em anexo.” (Num. 20062440 - Pág. 1).

Como se vê, em momento algum se esclarece se houve invalidez, ou debilidade, com especificação da indicação do tipo e grau de limitação física a fim de ensejar o percebimento integral da indenização do seguro DPVAT.

Da leitura da petição inicial, portanto, não há como se compreender o exato pedido de mérito. E a omissão, evidentemente grave, além de comprometer o exercício da ampla defesa e do contraditório impede que seja realizada a instrução do processo ou mesmo um julgamento hígido da causa, de sorte que não há outra solução a ser dada senão a e determinar a emenda da inicial.

Com essas considerações, impõe-se a **INTIMAÇÃO DO AUTOR**, por seu advogado, a fim de que emende a inicial em 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento, informando, precisamente, qual o fundamento do pedido (se a indenização tem por base a existência de debilidade ou gastos médicos, etc), com especificação das circunstâncias de fato (**qual área atingida, região, e indicação do tipo e grau de limitação física, ou valor dos gastos e sua comprovação**).

Publicado eletronicamente.
SAPÉ, 9 de maio de 2019.

Anderley Ferreira Marques
JUIZ DE DIREITO



EXMO SR. DR. JUIZ DA 1ª VARA DE SAPÉ – DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA.

Proc: 08004021020198150351

EMENDAR INICIAL

Gleice Kelly Silva de Jesus, já devidamente qualificada nos autos da ação em epígrafe, vem por meio de seu advogado expor e requerer o que se segue:

Fui indagado por este juízo o motivo da exordial se referir a procedimento comum com pedido de honorários e a omissão com referência a invalidez, gastos médicos, debilidade e área do corpo atingida e juntada de requerimento administrativo que vai seguir em anexo.

R. A mesma sofreu fratura de tornozelo, com debilidade permanente em grau a ser avaliado em perícia médica judicial, que a autora teve tratamento público e no pleito não há interesse de pedido de gastos médicos.

Pede deferimento,

Sapéé PB, 14 de Julho de 2019.

JOSEANE FELICIANO
OAB/PB 13.030





Poder Judiciário da Paraíba
1ª Vara Mista de Sapé

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7).
PROCESSO N. 0800402-10.2019.8.15.0351 [ACIDENTE DE TRÂNSITO].
AUTOR: GLEICE KELLY SILVA DE JESUS.
RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A..

DECISÃO

Vistos, etc.

Diante da declaração de pobreza e da ausência de elementos que permitam afastar a presunção legal da veracidade, concedo os benefícios da gratuidade judiciária, sem prejuízo de eventual impugnação.

Recebo a petição inicial, por preenchimento de todos os seus requisitos.

Verifica-se que a parte promovida apontada, tradicionalmente, abstém-se de tornar efetiva as técnicas autocompositivas, sobretudo antes da realização de eventual perícia. Logo, sendo inviável, ao menos nessa fase, a mediação e a conciliação, deixo de determinar a sua realização. Deste modo, **CITE-SE** a parte promovida, para no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar contestação, sob pena de revelia e confissão.

Publicado eletronicamente.

SAPÉ, 30 de setembro de 2019.

Anderley Ferreira Marques
JUIZ DE DIREITO



Em cumprimento ao r. despacho , passo, por meio deste, a CITAR a parte promovida, para no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar contestação, sob pena de revelia e confissão.

